

# Entre a sobrevivência e a permanência: a construção de uma nova realidade para os povos indígenas que vivem na cidade de Manaus

Melissa Carvalho Gomes <sup>(1)</sup>

## Resumo

Neste artigo buscamos apresentar os contrastes que se apresentam e os mecanismos de resistência utilizados pelos povos indígenas que vivem na cidade de Manaus, no contexto de mudanças históricas e sociais que vêm ocorrendo com os povos indígenas da Amazônia brasileira. Trata-se de um ensaio teórico e vivencial junto a esses grupos, que buscam alternativas para o enfrentamento da dicotomia cultural e inserção social para a sobrevivência e permanência neste novo *lócus*.

## Palavras-chave

(1) Questão indígena; (2) Identidade cultural; (3) Resistência social

## Abstract

This article aims to describe and to discuss the forms of resistance used by the indigenous population living in the city of Manaus, in the context of the contemporary historical and social changes in process within the Brazilian Amazon region. The approach used by the author combines theoretical considerations with living experiences contributed by the very members of those groups, in their search for alternatives to face cultural domination and social exclusion in order to be able to survive and to remain in their new *lócus*.

## Key-words

(1) Indigenous question; (2) Cultural identity; (3) Social resistance.

<sup>(1)</sup>Mestre em Serviço Social pela PUC-Rio. Professora Assistente da Universidade Salesiana Bom Bosco, Manaus.

## Introdução

Falar de questão indígena é contar histórias de sobrevivência, de uma pátria que é o coração de um povo relutante. É a busca pela língua, pela culinária, pela permanência de seu pensamento, das suas formas de ver o mundo e de seus sonhos.

Os estudos sobre a temática "povos indígenas" não estão limitados a uma preocupação da disciplina antropológica no que se refere à análise conceitual de seus códigos, vivência e sobrevivência nas aldeias. Historicamente, houve um fluxo muito intenso de migração dos povos indígenas para as cidades, originalmente impulsionado pelo processo de escravidão que tinha como objetivo a construção das mesmas; e hoje pela necessidade de sobrevivência frente a precarização de vida nas aldeias, bem como para capacitação profissional, tratamento médico ou mesmo pela articulação política na luta pelos seus direitos.

Esse processo fez com que novas preocupações fossem inseridas nos debates sobre os povos indígenas nas áreas das ciências sociais, adentrando um novo espaço no cerne de um contexto que apresenta outro olhar sobre os indígenas, principalmente em se tratando das novas gerações.

Para um começo de conversa devemos compreender que a denominação "índio" fez com que a sociedade passasse a identificá-lo de uma forma pejorativa<sup>1</sup> com características uníssonas, descaracterizando as suas diversidades históricas. Apesar de observarmos a união dos diferentes povos pelas mesmas causas, tais como: terra, saúde e cultura, não podemos homogeneizar suas culturas, já que são grupos com língua, história e etnias diversas, como também com demandas específicas.

A presença dos indígenas na cidade faz com que os estudos na área não estejam limitados à realidade das aldeias, mas também na lógica de sobreviven-

---

<sup>1</sup> Tratar os índios ou denominar alguém de índio de forma pejorativa significa chamá-lo de silvícola, um indivíduo não confiável, desordeiro, mal-educado e brigão. Essas definições foram sendo construídas historicamente como forma de justificar as atrocidades morais, culturais, materiais perpetrados aos indígenas pelos brancos para o domínio das terras brasileiras.

cia desses grupos no espaço urbano, neste caso específico na cidade de Manaus, no Amazonas, o que faz com que esse debate seja de extrema relevância no que concerne aos problemas relacionados à resignificação da identidade, ao exercício e efetividade dos direitos e à discriminação.

As reflexões presentes neste artigo estão pautadas com base na execução de projetos de pesquisa desenvolvidos junto ao povo Tikuna, pela Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus, bem como na vivência cotidiana junto a diferentes povos, tais como: Baniwa, Tikuna, Tariano, Sateré Mawé, Dessano, e tem como proposta fomentar novos estudos e reflexões acerca do tema, trazendo o debate indígena para a realidade da cidade de Manaus.

### Os indígenas na cidade de Manaus

A inserção dos indígenas na cidade se efetiva junto a perdas e mudanças que incitam dois movimentos empreendidos pelos próprios grupos: O primeiro pelo resgate da cultura como forma de sobrevivência a partir da identidade e o segundo movimento caminha de forma a minimizar a perda dessa identidade, que se dá em decorrência do processo de discriminação vivenciado na cidade e não pelo contato com tecnologias e cultura dos brancos<sup>2</sup>.

É muito comum encontrarmos discursos prontos a respeito da presença dos povos em Manaus, tais como o de que os indígenas deixam de ser índios por terem acesso à cultura e tecnologia presentes na cidade. Essa é uma conclusão incipiente para um assunto tão complexo, que fortalece a idéia de extermínio sob uma nova roupagem, a da negação e descaracterização da identidade cultural, ocasionando a perda dos direitos específicos por esses indivíduos.

Os direitos específicos estão garantidos pelo Estatuto do Índio de 1973, pela Constituição Federativa do Brasil e Pela OIT - Organização Internacional do Trabalho, para aqueles que legalmente são declarados índios através da certidão de nascimento expedida pela FUNAI - Fundação Nacional do Índio.

---

<sup>2</sup> A opção de utilização da terminologia "branco" em oposição a terminologia "não índio" comumente utilizada na academia, se dá como uma referencia utilizada pelos próprios indígenas ao se referirem a sociedade nacional.

Podemos sugerir que essa caracterização legal caminha de forma contraditória, pois retira a autonomia pelo reconhecimento identitário entre os povos para o poder do Estado que define quem é ou não indígena. Um sistema excludente e perigoso já que é possível encontrar indivíduos identificados legalmente como indígenas e que não são reconhecidos pelas comunidades como índio. Caminhamos mais uma vez ao contrapasso de uma história de luta desses povos pela autonomia na sociedade brasileira.

Nesse sentido, é importante salientarmos que o fator "estar na cidade" não determina o fim da identidade e do auto-reconhecimento enquanto indígena como é propagado pela sociedade manauara. Estar na cidade vulnerabiliza sim, o exercício dos direitos que são mais direcionados aos povos que estão nas aldeias, intensificando um processo de desqualificação e miséria social junto aos povos que moram em Manaus.

O discurso da perda da cultura e da identidade na cidade está ligado a uma forma de extermínio muito comum que ainda persiste nos dias atuais. Visto que, por onde os povos indígenas caminharem, onde se fixarem, o que tiverem apreendido em diferentes espaços, serão fatores a complementar seus conhecimentos e é devido a esses fatores que sempre continuarão a existir, escrevendo linhas diferenciadas e atuais de suas histórias e de seus povos.

O auto-reconhecimento se revela hoje como uma opção de vida entre os povos indígenas e de enfrentamento das questões sociais que caminham entre a aldeia e a cidade, entre pertença e não-pertença. Podemos sugerir que as mudanças ligadas à vida na cidade estão direcionadas a um sentido aglutinador de experiências, a um movimento que busca compreender as diferenças e dar movimento a elas, com base na cultura de reconhecimento ancestral que sobrevive em base sedimentada, ou seja, em elementos não flexíveis tais como a língua e o sagrado.

O sagrado está representado na totalidade da vida em oposição ao racionalismo, a concepção de mundo dos brancos; está ligado a outras representações sociais, espaciais e temporais. É com base nesta concepção de mundo que podemos resgatar e definir valores culturais próprios desses povos, fazendo com que eles percebam o mundo e estejam tentando estar no mundo dentro de uma concepção muito particular.

"Os rituais de passagem (nascimento, iniciação, casamento, morte) apresen-

tam-se, então como: expressão de concepção de tempo, na medida em que representam uma delimitação dos estágios sociais, estabelecidos com base no ciclo vital" (Weigel, 2000, p. 310). São os traços culturais que diferenciam a percepção da vida cotidiana nas grandes cidades e que fazem com que a sociedade urbana olhe também de forma diferenciada essas outras concepções ligadas aos povos indígenas que passaram a conviver no ciclo da cidade de Manaus.

Assim, os ritos de passagem revelam outra percepção de tempo e espaço diferenciada das nossas: são percepções de ordem cíclica que servem para explicar mudanças no interior de cada grupo, uma forma de definir, ter controle e coesão dos integrantes de um mesmo meio. Com a inserção desses povos na cidade damos início ao contraste entre a noção de espaço e tempo e principalmente da sacralização do cotidiano, feita através dos ritos e histórias.

Os jovens indígenas são um bom exemplo desse contraste, pois fazem parte do principal grupo que sofre com o impacto de uma nova cultura e que caminha junto a uma dicotomia, passando a questionar ou a reafirmar os elementos sagrados de seu povo. Assim aumentam os conflitos entre gerações e conseqüentemente ocorre uma redução no auto-reconhecimento de suas identidades, que têm como principal forma de permanência, os ritos, as histórias e principalmente a língua, elementos cultivados pelas lideranças e pelos mais velhos.

O mito é, assim, história impregnada de sagrado que a ela se sobrepõe. O mito diz respeito a uma linguagem, um modo de relatar os acontecimentos, mas não somente aqueles dos tempos do princípio. Os fatos da vida do povo que têm um significado para as suas decisões sociopolíticas e para seus destinos são codificados na linguagem simbólica da narrativa mítica (Weigel, 2000, p. 314).

Em oposição às representações sociais e culturais indígenas estão os traços históricos da nossa sociedade que traduzem uma racionalidade objetiva em detrimento daquele plano mítico com princípios éticos e morais particulares. Assim, os diferentes povos convivem na cidade com essas duas percepções de mundo, o que tem gerado conflitos sociais e individuais que se refletem diretamente na vida das comunidades indígenas fixadas em Manaus, a exemplo do povo Tikuna que busca resgatar a sua cultura através da língua, da arte e da culinária como formas de sobrevivência e permanência na cidade.

A interferência passa a ser inevitável dada à inserção desses grupos na vida social e intelectual presentes nos centros urbanos, gerando conflitos entre as duas realidades. É com base nesse fenômeno que as lideranças comunitárias investem na valorização de suas culturas sem negar os novos conhecimentos que vão surgindo, o que faz com que os jovens se insiram economicamente e socialmente em diversas atividades, minimizando os conflitos e trazendo benefícios à causa indígena sem, contudo, perderem o rumo e a busca de si próprios dentro deste novo contexto que não os compreende e que também não os absorve por completo.

É com base nessa realidade que, dentro das comunidades indígenas fixadas em Manaus, há um movimento de rebuscar e resignificar a sacralização da vida, de suas histórias e mitos através da memória, como um meio de minimizar as crises, dúvidas e inseguranças que a cidade apresenta: "Antes da introdução da escrita alfabética, a memória coletiva era preservada tanto pelos pajés e donos-de-cantos quanto pelos velhos e adultos, mediante as várias versões do mito aprendidas oralmente" (Weigel, 2000).

O indígena ainda é um indivíduo desconhecido da sociedade civil, que não o percebe, não o compreende e por isso o exclui, se des-responsabilizando de qualquer trato inerente a sua questão. Por isso é importante salientarmos que a matéria indígena deixou faz tempo de ser um elemento apenas da antropologia para ser responsabilidade das outras disciplinas humanas, tais como o Serviço Social, para que seja possível dar respostas a essa nova demanda.

A inclusão dos indígenas no contexto nacional foi se dando de forma gradual através da negação de sua cultura e manipulação de seus conhecimentos.

A condenação feita aos rituais tradicionais, o desaparecimento dos instrumentos sagrados (flautas, trombetas e máscaras lançadas ao rio pelos missionários) e o processo de desmoralização dos pajés em relação aos seus poderes de cura e ligação com o sagrado acabaram por desencorajar e desmontar a formação de futuros pajés (Weigel, 2000, p. 21).

Na realidade não foram os índios que se inseriram na sociedade branca, mas sim o contrário, como podemos atestar durante a história que foi manipulando ideologicamente conceitos que denegriram a imagem dos índios tratados como povo selvagem que precisava ser civilizados, determinando os processos de extermínio social e cultural que todos conhecemos. Assim, "a autoridade dos chefes indígenas,

para consolidar-se diante de seu povo, passou a necessitar do reconhecimento do governo instituído, no âmbito da sociedade nacional" (Weigel, 2000). É a partir desse movimento que podemos atestar o marco no processo de diálogo entre culturas ou mesmo um mecanismo de controle desses povos, de suas articulações e movimentos sociais que vão se refletir no debate dos direitos civis ou tutelares.

Não podemos negar que a busca pela autonomia dos povos através do movimento indígena<sup>3</sup> articulado às comunidades faz com que a necessidade desse reconhecimento legal e inevitável, instituído junto ao Governo, contribua para as suas conquistas na área cultural e territorial. "É preciso encontrar formas de gerar riquezas, de modo a enfrentar as situações de não atendimento as necessidades primárias de alimentação, vestuário, obtenção de energia e de participação na vida cultural e política da sociedade maior" (Weigel, 2000).

Porém, esse processo de assimilação entre culturas traz alguns problemas que passam pela cultura e sobrevivência dos povos que vivem na cidade, fato que transforma a necessidade do diálogo como a única opção, pois essa é a única forma de permanência sem perdas muito severas. "É importante referir que, hoje, os grupos indígenas estão inseridos nos contextos regionais, submetidos à dominação política e econômica e articulados às instâncias jurídicas, sociais e burocráticas do Estado brasileiro" (Weigel, 2000).

Essa inserção é feita com objetivos traçados entre os povos para o fortalecimento de suas identidades, para que os grupos indígenas não percam o conjunto de códigos e significados que orientam os seus comportamentos e organizam o mundo, mesmo estando em uma outra realidade. Esse fortalecimento é nascido no interior dos grupos, a exemplo dos Tikuna, através do diálogo e projetos interculturais que vão influenciar diretamente na realidade e na formação dos jovens indígenas. Assim, a vida na sociedade urbana vai transformando, resignificando a cultura dos povos indígenas, sem, no entanto, modificar a sua essência normativa. Por isso, a interculturalidade se dá no intermédio entre as relações, nos seus significados e formas de absorção.

---

<sup>3</sup> Como maior representante do movimento indígena enquanto movimento social está a COIAB - Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - fundada há 18 anos por lideranças indígenas de diversas etnias da região amazônica com o interesse de lutar pela autonomia e sustentabilidade de seus povos. Para maiores informações ver: [www.coiab.com.br](http://www.coiab.com.br).

O estereótipo determinado historicamente sobre quem é o indígena, ou seja, aquele que vive na aldeia sem interferência do homem branco na sua cultura, aquele que anda nu, pintado todo o tempo, que vive privado de tecnologia, não corresponde mais à realidade, já que a sua identidade não é determinada pela aparência, mas sim pela auto-identificação e reconhecimento do grupo através das histórias, língua e cultura próprias.

Hoje, os povos indígenas que vivem nas aldeias –com raras exceções– e principalmente nas cidades, detêm o conhecimento da cultura nacional na qual estão inseridos, processo esse que se intensificou através do diálogo e interculturalização pela sobrevivência, facilitando o acesso à utilização de novas tecnologias e conhecimentos. A possibilidade de acesso vai quebrar, segundo Stuart Hall (2003), com o sentido e a proposta de uma cultura homogênea, pois divulga outros valores diferenciados que podem ser muito ricos quando desconstruem paradigmas rígidos.

Esse diálogo intercultural interfere diretamente no cotidiano da cidade de Manaus, pois revela um índio que não corresponde a uma representação dependente, alegórica e folclórica como anteriormente. Revela um índio capaz de propor caminhos à melhoria de sua condição, capaz de lutar pelos seus direitos e autonomia dentro da cidade.

Nesse ínterim somam-se também problemas, pois o contato com a sociedade traz benefícios e malefícios, tais como os altos índices de uso de drogas lícitas e ilícitas entre os jovens indígenas. Além da resposta social a esse diálogo, que não tem sido totalmente positiva, vêm se intensificando problemas como os da intolerância e preconceito, aumentando os quadros de violência física e moral, ao lado dos altos índices de pobreza gerados pela falta de mercado de trabalho e alternativas econômicas. Porém, o maior problema de todos é justamente o descaso dos órgãos oficiais para cuidar dessas questões específicas, o que demanda conhecimento adequado para lidar com as diferentes representações de mundo.

Podemos expor que há um processo intensivo de desvalorização<sup>4</sup> econômica

---

<sup>4</sup>O processo de desvalorização dos materiais artísticos se dá no processo de fabricação e venda, já que são fabricados por alguns artesãos que aprendem o ofício com indígenas e pelo baixo custo de venda, descaracterizando todo conteúdo cultural e imaterial embutido no objeto.

de suas produções artísticas, tais como: artesanatos, culinária, pintura e música reforçando os mecanismos de extermínio cultural e, conseqüentemente, o questionamento dos jovens quanto à real necessidade de sobrevivência de seus povos e quanto à importância de continuarem preservando sua cultura, embutida justamente nos elementos artísticos que são desvalorizados; ao passo que estes constituem elementos imateriais importantíssimos para a nossa história e para o desenvolvimento econômico sustentável desses povos.

Por isso, podemos afirmar que a proposta intercultural ou multiculturalista é questionada por diversos segmentos da sociedade que buscam a legitimidade de seus interesses, assim:

É contestado pela direita conservadora, em prol da pureza e integridade cultural da nação. É contestado pelos liberais, que alegam que o culto da etnicidade e a busca da diferença ameaçam o universalismo e a neutralidade do estado liberal, comprometendo a autonomia pessoal, a liberdade individual e a igualdade formal. Alguns liberais afirmam que o multiculturalismo, ao legitimar a idéia dos "direitos de grupo", subverte o sonho de uma nação e cidadania construídas a partir das culturas de povos diversos (Hall, 2003, p. 53).

Esse conflito entre as culturas, gerando intolerância foi construído historicamente pelos brancos na região amazônica com o propósito de conquistar territórios e sedimentar as bases do poder político na região, exterminando e dizimando os povos indígenas. Porém, a intolerância vem se perpetuando através de uma imagem negativa que se tem dos índios nessa região do Brasil, afetando diretamente essas populações que ainda resistem.

Segundo o Instituto Sócio Ambiental - ISA (2006) existem 227 povos indígenas contemporâneos no Brasil, somando cerca de 600 mil pessoas, o correspondente aproximadamente a 0,2% da população total do país. Não há uma estimativa correta de quantos indígenas estão vivendo na cidade de Manaus, justamente pela reserva legal de definição desses indivíduos, pois podemos encontrar números maiores quando não falamos de registro civil e sim pertença, auto-identificação e aceitação grupal.

A fixação dos indígenas na cidade possibilitou uma maior aproximação e diálogo entre os diferentes povos que viviam distantes ou sem um contato contínuo,

contribuindo para a organização de movimentos sociais e políticos que buscam legitimar os seus direitos históricos, culturais, territoriais e ainda, a autonomia sobre suas decisões e ações no território brasileiro. O movimento pela autonomia, de certa forma intensifica o processo de tutela e discriminação já existente, visto que compromete a soberania da sociedade burguesa e branca na região amazônica num contexto de fortes interesses territoriais, políticos e econômicos.

### Conclusões

A falta de vontade da sociedade em incluir esses povos junto ao seu cotidiano, respeitando e apreendendo também seus conhecimentos faz com que o discurso do exótico e desconhecido permaneça, corroborando com os interesses da burguesia local em manter as questões indígenas sob controle. Assim, o que não conhecemos não é responsabilidade nossa.

Crescem os processos de articulação dos povos que vivem em Manaus junto ao movimento indígena, ao mesmo tempo em que continua a corrida do Governo Instituído pelo controle e participação na gerencia desses povos com a justificativa da proteção, principalmente em se tratando de território e utilização dos conhecimentos tradicionais amazônicos. É nesse sentido, que podemos afirmar: "O conceito de cultura é complexo –Um local de interesses convergentes, em vez de uma idéia lógica ou conceitualmente clara. Essa riqueza é uma área de contínua tensão e dificuldade" (Hall, 2003).

Ao mesmo tempo em que cresce a luta pela efetivação dos direitos legais e autonomia dos povos indígenas, garantidos na Constituição Federativa do Brasil de 1988, observamos um movimento pela reafirmação do sistema de tutela de acordo com o Estatuto do Índio de 1973, um processo contraditório que nega o direito à liberdade dos indivíduos, intensificando os debates sobre a decisão autônoma de suas próprias questões culturais, de permanência, de valorização social e territorial.

Toda espacialidade exprime a pertença a um de nós, que se constrói e se manifesta em recortes territoriais. O espaço de pertença resulta do conjunto dos recortes que especificam a posição de um ator social e a inserção de seu grupo de pertença num lugar, o espaço de referencias define o sistema de valores espaciais em que se inserem esses recortes e organiza a relação do aqui com o alhures (Bourdieu, 2001, p. 33).

É com base nessas reflexões que pudemos traçar um panorama geral das questões sociais dos indígenas que vivem na cidade de Manaus que, como vimos anteriormente, vão além da reafirmação de sua cultura, pois fazem parte de um contexto social e político brasileiro contrário a sua sobrevivência.

Essa realidade só veio favorecer, como visto anteriormente, a articulação comunitária desses povos pela sobrevivência e permanência, a exemplo do povo Tikuna, como pudemos perceber no projeto de extensão realizado nesta comunidade, localizada na periferia da cidade, no bairro Cidade de Deus.

Os Tikuna imprimem um movimento de revalorização das suas tradições através do cultivo da língua-mãe, da música e das artes. Buscando através da cultura a sua permanência enquanto povo morador da cidade de Manaus, sem, no entanto, eximir-se do contato e do aprendizado entre culturas.

Dessa aproximação resultam trocas, tais como: a articulação com projetos universitários para cursos de informática, patrocínio para gravação de CD com as músicas Tikuna, feiras para apresentação do artesanato, eles procuram o aprimoramento no cerne do próprio grupo. O povo Tikuna é o exemplo mais claro de que o diálogo cultural vem trazendo benefícios à comunidade, junto à reafirmação e valorização das tradições, bem como de geração de renda a partir dos conhecimentos tradicionais.

Os benefícios são estendidos até os jovens, que passam a afirmar a sua cultura de forma positiva, divulgando-a a outros setores da sociedade na qual fazem parte, como as universidades que passam a desenvolver pesquisas acadêmicas, eventos culturais para ouvir a fala dos próprios indígenas e valorizar seus conhecimentos.

Podemos afirmar que os índios não são aqueles "chatos" que só brigam por terra, que se pintam e protestam por causas que não interessam a ninguém, eles têm uma vida realmente participativa na sociedade, principalmente na cidade de Manaus, através de sua inserção nas faculdades, universidades, nos eventos, no trabalho, no lazer e não podem ser ignorados.

É importante valorizarmos e incentivarmos projetos sociais co-participativos que dêem visibilidade e sustentabilidade aos indígenas que vivem na cidade, trabalhando com base nos conteúdos culturais que eles possuem e têm acesso

reconhecido dentro das comunidades. O desenvolvimento de projetos sociais e/ou pesquisas contribuirá significativamente para o reconhecimento e valorização desses grupos na cidade de Manaus e para a redução da pobreza que vem se intensificando, gerando novos problemas sociais.

Nesse sentido, vemos que não são os indígenas que caminham na contramão do tempo e sim nós, brancos que não estamos abertos ao diálogo e ao reconhecimento da cultura materna que contribuiu fortemente para a nossa organização social.

Sobreviver e permanecer significam não apenas lutar pela afirmação da cultura, mas sim, pela visibilidade e autonomia dos indígenas na cidade de Manaus e na sociedade brasileira. É brigar para que suas vozes realmente sejam ouvidas, para que haja um real interesse social e político no enfrentamento de novas questões sociais que não podem ser ignoradas no cerne deste século XXI.

Recebido em agosto de 2007, aceito para publicação em dezembro de 2007.

### Referências bibliográficas

BOURDIN, Alain. *A questão local*. Tradução Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

CASANOVAS, Afonso Pe. *Noções de língua geral ou Nheengatú*. São Gabriel da Cachoeira, AM, 2000.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Tradução Adelaide La Guardia Resende. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

RICARDO, Fany & RICARDO, Beto (Orgs.) *Povos indígenas do Brasil, 2001/2005*. Editora Instituto Socioambiental, 2006.

WEIGEL, Valéria Augusta Cerqueira de Medeiros. *Escolas de branco em malokas de índio*. Manaus: UFAM, 2006.